

## **PROFISSIONALIZAÇÃO DE DEFICIENTES – ORIENTAÇÃO PARA O TRABALHO.** Leandro Dias dos Santos<sup>1 2</sup> – Educação – Pedagogia – Departamento de Educação Especial – Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília.

A temática central deste trabalho consiste em analisar as questões relacionadas à inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O texto abordará as dificuldades que os deficientes enfrentam nos aspectos familiares, educacionais, profissionais e sociais, como também apontará algumas conquistas sociais desses indivíduos ao longo dos anos.

Para que possamos compreender as questões relacionadas à profissionalização de deficientes, não basta dirigirmos o olhar apenas a essa questão específica, mas, principalmente, ao entorno – à escola, à família, às empresas e à sociedade. Se a atitude do meio social não for integrada, o resultado será meramente assistencial, demonstrando claramente um procedimento paternalista por parte dos envolvidos.

A importância da capacitação profissional na vida das pessoas encontra-se na possibilidade de acesso às oportunidades de trabalho. As transformações ocorridas no mercado de trabalho vêm exigindo indivíduos cada vez mais qualificados para ocuparem os postos existentes no mercado de trabalho competitivo. Assim, pretendemos refletir criticamente sobre essa questão e sobre o processo de formação profissional e social dos deficientes para a sua inclusão no trabalho, processo esse que compõe o mundo do trabalho.

A inserção profissional do deficiente exige, com efeito, que seja concretizada uma atuação coordenada por parte do Estado, das empresas e também do meio social, em seu conjunto que através do trabalho produtivo o deficiente pode se integrar à sociedade, bem como o treinamento profissional e encaminhamento desses indivíduos para o mercado de trabalho.

O mundo do trabalho começa na escola. A função da escola é informar ao aluno deficiente a noção de trabalho e o papel fundamental que o trabalho desempenha na vida dos indivíduos. O aspecto profissional é utilizado como uma das técnicas de aprendizagem do conteúdo pedagógico e a oficina pedagógica poderia ser o espaço facilitador dessa aprendizagem, não tendo a função de qualificar mão-de-obra cabendo à escola, conforme aponta Del-Masso (2000), a qualificação não-profissionalizante.

Assim, o sistema educacional é o espaço privilegiado para iniciar discussões acerca da temática sobre o Mundo do Trabalho e como o aluno pode ter acesso às informações sobre Orientação para o Trabalho, conforme previsto na atual LDB.

---

<sup>1</sup> **Bolsa:** BAAE I/PROEX-Unesp.

<sup>2</sup> **Orientadora:** Maria Candida Soares Del-Masso

Integrar não significa, somente, encaminhar o deficiente para o mercado de trabalho sem que exista um serviço de apoio e suporte, pois ele necessita de formação adequada e de serviços de suporte constantes para que tenha condições de uma vida o mais próximo possível dos demais membros da sociedade.

A inclusão social não pode ser dissociada, do esporte, da cultura e da garantia de acesso ao mercado de trabalho. O Estado tem o dever de promover e garantir essa cidadania e a inclusão social depende também de participação da sociedade brasileira em todas essas ações.

Possibilitar a inserção do deficiente no meio social não significa desvinculá-lo de suporte e acompanhamento necessário ao longo da vida. O deficiente deverá ser preparado para compreender essa atitude, não em uma perspectiva negativa, mas de modo positivo, como um serviço de suporte às suas necessidades imediatas decorrentes da sua limitação para que possa efetivamente participar do cotidiano profissional e social.

A vasta legislação do Brasil garante a assistência à educação, à reabilitação profissional e à integração no mercado de trabalho; as políticas públicas para a inserção das pessoas com deficiência no trabalho e as configurações que o trabalho assume na contemporaneidade na tentativa de aprender as implicações que a atual política pública de atenção à profissionalização da pessoa com deficiência favorece a sua inserção no trabalho.

A verdadeira inclusão e o exercício da cidadania dependem fundamentalmente de sua participação no mercado de trabalho pleno e de igualdade na vida social e no desenvolvimento pessoal.

A capacitação profissional não só é importante para o exercício de determinada atividade profissional, mas também objetiva preparar para o deficiente para o trabalho e para a vida. Oferecer essa oportunidade no mercado competitivo tanto no trabalho formal, como no trabalho informal, significa integrar o deficiente à realidade atualizada no mundo do trabalho.

É importante entender que a inclusão social significa mudança de atitude e é responsabilidade de todos. Por isso é dever ético e moral promover a equiparação de oportunidades - isto é, adaptar os sistemas da sociedade -o meio físico, a comunicação, o transporte público, os locais de cultura e lazer, os ambientes esportivos, etc. - para que estejam disponíveis para todos; é dever também promover a acessibilidade - isto é, que todas as pessoas possam utilizar, com segurança e autonomia, todos os recursos da sociedade.

O conceito de deficiência que norteou a análise aqui presente é aquele adotado pela própria legislação nacional. É considerada, em síntese, portadora de deficiência a pessoa que apresenta, em caráter permanente, perda ou anormalidade de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gere incapacidade normal para o ser humano.

Nos últimos anos, vem crescendo o número de oferta de vagas e de contratações de pessoas com deficiência. Tal panorama reflete uma mudança no cenário de exclusão que, até pouco tempo, contribuía para a situação de marginalidade a qual estavam submetidos aqueles com algum tipo de necessidade especial.

Nesse sentido, será possível auxiliar na eliminação do preconceito e na promoção de uma vida com dignidade à pessoa com deficiência. Esse é o grande desafio das políticas públicas no atendimento aos deficientes: informar para não excluir, divulgar as ações do poder público e de outras instituições no que concerne à inclusão do deficiente no meio social.

Procuraremos abordar as dificuldades enfrentadas pela família no aspecto profissionalização de deficientes e como essa pode contribuir para a capacitação profissional futura. Cabe à escola, à família e à sociedade possibilitar diferentes caminhos e diferentes ações para que o deficiente possa realmente estar integrado à sociedade.

### **Referências**

**BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência.** Brasília, DF: 2004. 446p.

**DEL-MASSO, M. C. S. Orientação Para o Trabalho: Uma proposta de adaptação curricular para alunos com deficiência mental.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: 2000. 261p.

**MERCADANTE, A. Direitos do Cidadão Especial.** Senado Federal. Brasília, DF: 2004. 87p.